



## **AMÉRICA/VENEZUELA - A Igreja pede um referendun transparente e crível: “Precisamos superar a polarização e a divisão que provocaram a desconfiança radical de uns a respeito dos outros” afirma o Presidente da Conferência Episcopal**

Caracas (Agência Fides) - Com o discurso inaugural de Sua Excelência Mons. Baltazar E. Porras, Arcebispo de Mérida e Presidente da Conferência Episcopal Venezuelana (CEV), abriu-se, aos 07 de julho, a 82ª Assembléia Plenária do Episcopado Venezuelano. O encontro está se desenvolvendo em Caracas, e prolongar-se-á até 13 de julho. Reflexões, análises, debates e as orações dos participantes são centradas sobre a realidade nacional e sobre a programação dos projetos para o ano 2005.

Mons. Porras Cardoso, na sua intervenção, relevou que “o referendun para a revogação do mandato presidencial é uma experiência de soberania popular e de protagonismo histórico”. Exortou, então, os venezuelanos a participarem da consulta “como exercício de consciência e de responsabilidade cidadã; de avaliação dos resultados e da não realização das promessas”. Mais adiante o Presidente da Conferência Episcopal precisou que “um referendun para a revogação do mandato presidencial não é uma eleição qualquer, é um instrumento legal previsto pela Constituição para pedir uma prestação de contas a quem está exercitando o poder”. Convidou, então, a avaliar bem qual seja a estrada que produzirá uma verdadeira paz e um autêntico desenvolvimento para os venezuelanos: “Devemos opor-nos à idolatria do ter, do poder e do prazer, não só por adesão à nossa fé monoteísta, mas também por fidelidade à dignidade humana”.

O Presidente do Episcopado Venezuelano, sublinhando a necessidade de desarraigar a intolerância e a exclusão que prosperam no país, afirmou: “nós venezuelanos precisamos superar a polarização e a divisão que provocaram a desconfiança radical de uns a respeito dos outros”. Nesta perspectiva relevou a necessidade que “o referendun realize-se de maneira transparente e crível, com a participação «solidária» dos observadores internacionais, como garantes privilegiados e imparciais, no meio de uma sociedade polarizada em grupos adversários que desconfiam uns dos outros”. Mons. Porras Cardoso acrescentou que “sem o respeito dos direitos humanos e sem uma atitude de diálogo e de acordo resulta impossível realizar acordos moralmente válidos”. Mons. Porras condenou, além disso, algumas leis de recente aprovação enquanto “anulam o papel específico da justiça e deixam o cidadão à mercê da só discricionariedade burocrática do funcionário de turno: estas leis são pensadas para a defesa do cidadão ou antes para a consolidação de um projeto sócio-político e ideológico-cultural determinado?”. O Presidente da Conferência Episcopal concluiu a sua intervenção pedindo a todos de multiplicarem as orações e de favorecerem as iniciativas orientada a promoverem a paz. (R.Z.) (Agência Fides, 09/07/2004 - 29 linhas, 404 palavras)